

**Religião, política e Jerusalém:
por uma compreensão do sionismo cristão**

**Religion, Politics, and Jerusalem:
Towards an Understanding of Christian Zionism**

Isabelle Garutti da Silva¹

Breno Martins Campos²

RESUMO

No cenário mundial atual, observa-se que sistemas políticos, dinâmicas de poder e interesses religiosos frequentemente se transformam em questões de Estado. Este artigo, portanto, tem como objetivo principal compreender os efeitos da conexão entre o religioso e a política na sociedade internacional e nas dinâmicas globais, com especial atenção à situação no Oriente Médio (Israel e Palestina). De maneira interdisciplinar, esta pesquisa pretende analisar, sob perspectiva histórica, cultural e política, a criação do Estado moderno de Israel e do sionismo cristão, bem como investigar como a categoria histórico-teológica de Israel é interpretada pelo movimento sionista cristão, globalmente e no Brasil. Para tanto, a pesquisa assume metodologia bibliográfica e exploratória, utilizando uma abordagem qualitativa dos dados. Os resultados foram obtidos através da leitura e análise de livros, artigos e documentos, com o intuito de contribuir para os estudos acadêmicos e fomentar uma reflexão crítica sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE

Religião; Fundamentalismo; Política; Israel; Sionismo cristão.

ABSTRACT

In the current global scenario, it is observed that political systems, power dynamics, and religious interests often become issues of the State. Therefore, this article aims to understand the impact of the relationship between religion and politics in international society and global dynamics, with special attention to the situation in the Middle East (Israel and Palestine). In an interdisciplinary manner, this research intends to analyze, from a historical, cultural, and

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Professor e pesquisador na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião.

political perspective, the creation of the modern State of Israel and Christian Zionism, as well as to investigate how the historical-theological category of Israel is interpreted by the Christian Zionist movement, globally and in Brazil. To this end, the research adopts a bibliographic and exploratory methodology, using a qualitative approach to the data. The results were obtained by reading and analyzing books, articles, and documents to contribute to academic studies and foster critical reflection.

KEYWORDS

Religion; Politics; Israel; Christian Zionism.

Introdução

No mundo contemporâneo, é possível identificar que os sistemas políticos, as relações de poder e os interesses religiosos se fundem e se transformam em questões de Estado, gerando consequências no relacionamento interestatal, bem como no relacionamento entre Estado e população. Assim, este artigo tem como objeto de estudo a relação entre religião, política e cultura, com foco para a construção teológico-política da cidade de Jerusalém, a fim de compreender a relevância e influência da religião e da política em diálogo com as Relações Internacionais ao longo das décadas.

Para tal, é necessário fazer recortes no objeto de pesquisa para uma análise mais precisa e contemporânea. Destacam-se, portanto, três eventos na contemporaneidade: (1) os discursos e tentativas de negociação quanto ao reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel por ação dos ex-presidentes dos EUA e do Brasil, respectivamente, Donald Trump (de 20 de janeiro de 2017 a 20 de janeiro de 2021) e Jair Messias Bolsonaro (de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022); (2) o recente conflito em Israel e o grupo Hamas, tendo em vista ser alvo de discussões e análises tanto no âmbito político-internacional como no religioso e cultural; e (3) o lançamento da *Bíblia Patriota* por Trump. Todos esses eventos deixam clara a relação intrínseca e, por vezes, confusa entre religião e política, assim como suas consequências e sentidos.

Quanto ao primeiro destaque, em dezembro de 2017, o então presidente dos EUA, Trump, reconheceu Jerusalém como a capital de Israel e, em maio do ano seguinte, inaugurou a embaixada estadunidense naquela cidade, mesmo contrariando alguns de seus conselheiros, os próprios palestinos e a orientação da maior parte dos países europeus. De forma semelhante, em 2019, o então presidente do Brasil, Bolsonaro, não conseguindo passar a embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém, anunciou a criação de um escritório comercial brasileiro em Jerusalém. Evidente que se tratava de uma decisão diferente e menos amigável em relação a Israel do que a de Trump, haja vista o Brasil possuir um elo comercial mais forte com os outros países árabes quanto à exportação de carne e, conseqüentemente, Bolsonaro se sentiu pressionado para não assumir, declaradamente, nenhum dos lados do conflito entre Israel e Palestina.³

É possível afirmar, portanto, que, no mínimo, há uma confusão entre os significados do Estado de Israel moderno e sua concepção histórico-teológica. Apesar de serem abordagens

³ KRESCH, Daniele. Bolsonaro frustra Netanyahu com escritório em vez de embaixada em Jerusalém. *Folha de S. Paulo*, 2019.

diferentes, são tratadas como iguais ou muito próximas, estabelecendo uma relação confusa entre religião e política. Tal relação é utilizada por políticos para legitimar seus discursos e dar crédito a eles, uma vez que, no caso, as populações estadunidense e brasileira possuem uma cultura com raízes fortemente religiosas.

O segundo destaque ocorreu em outubro de 2023, ocasião em que o grupo de militantes palestinos do Hamas invadiu Israel por terra, mar e ar, gerando uma grande discussão e clima de tensão nas relações internacionais, haja vista que, ao invadir o território de um Estado, a soberania⁴ dele é ferida impactando de diversas formas o cenário global, causando conflitos entre dois ou mais atores das Relações Internacionais.⁵ A relevância desse fato pode ser explicada pela teoria realista das Relações Internacionais, pela qual o Estado é o ator central da área, maximizando seus interesses em primeiro lugar e prezando por sua sobrevivência, ou seja, garantindo sua soberania. Ainda segundo a teoria, uma das maneiras pela qual o Estado pode perder sua soberania seria pela invasão de seu território, perdendo, assim, todo seu controle e poder.⁶

Para além dos motivos geopolíticos, tem-se a causa religiosa que, talvez, até preceda a política. Séculos atrás, o território que, hoje, é conhecido como Estado de Israel, tido como *Terra Prometida* ou *Sagrada* tanto por israelitas como por palestinos, já era motivo de conflitos. Ainda que as consequências e os sentidos religiosos possam ser diferentes para os povos em questão, a região é a mesma. Assim, com o transcurso dos tempos, o que tinha fundo religioso se tornou mais claramente um conflito político, sem que fossem abandonadas as motivações religiosas e culturais, fazendo, mais uma vez, uma conexão entre as duas áreas.

O terceiro e último destaque se trata da venda de uma cópia patriótica da Bíblia cristã por Trump, em 2024. Segundo A. J. Willingham, a Bíblia possui, por óbvio, o texto canônico na íntegra, bem como documentos históricos dos EUA e discursos do ex-presidente Trump (pelo menos numa das edições, há na capa uma bandeira dos EUA estilizada e a frase “God bless the USA”).⁷ Tendo em vista a realidade política em que Trump se encontra agora (período de eleições e diversas acusações judiciais contra si), a venda do livro pode ser entendida como uma tentativa de promoção e credibilidade para sua campanha eleitoral, chamando a atenção do eleitorado, sobretudo, evangélico. Mais uma vez, assiste-se à utilização da fé em prol da busca pelo poder e prestígio político, em plena arena público-política.

Além dos três exemplos introdutórios mencionados, que são históricos e, ao mesmo tempo, não se pode esquecer a questão de fundo que mobiliza esta pesquisa e este artigo: a construção e reconhecimento do Estado de Israel moderno (criado em 1948) e o movimento do sionismo cristão no Brasil, uma vez que tais aprofundamentos fazem parte da compreensão do objetivo central da pesquisa, qual seja, analisar as consequências da conexão entre religião, política e cultura nas Relações Internacionais (em diálogo com as Ciências da Religião, algumas das

⁴ Para a teoria realista clássica das Relações Internacionais, a soberania é indivisível e traz consigo a independência política e territorial de um Estado, não permitindo que nenhum outro ator das Relações Internacionais interfira ou esteja acima de seus assuntos internos (SCHERMA, Marcio Augusto. *As fronteiras nas Relações Internacionais*. 2012. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012).

⁵ SCHERMA, 2012.

⁶ MORGENTHAU, Hans. *Politics Among the Nations: The Struggle for Power and Peace*. Alfred A. Knopf Ed.: New York, 1948.

⁷ WILLINGHAM, A. J. Cristãos reagem à cópia patriótica da Bíblia vendida por Trump. *CNN News*, 29 mar. 2023.

Ciências Humanas e a Teologia) na situação do Oriente Médio, especialmente nas relações entre Israel e Palestina.

1. A relação entre religião e política

A cultura, a religião e a política (cada qual a seu modo, com concepção e objetivos próprios) são criações dos seres humanos em busca de respostas para sua própria humanidade – natureza humana, que é um conceito bastante discutível e polêmico, sobretudo, no campo da Antropologia, portanto, não assumido, aqui, como uma espécie de essencialismo – e para a vida em sociedade. Devido às diferentes circunstâncias e necessidades de cada coletividade (e até mesmo de cada sujeito), os sentidos associados a esses conceitos ou categorias, podem ser muitos e, por vezes, até contraditórios.

De partida, recorre-se a Marilena Chaui⁸ para explicar, de forma introdutória, alguns dos diferentes sentidos da cultura, que pode ser identificada como prestígio e respeito ou como adjetivo associado a coletividade, além de ser representada também por atividades artísticas. O mesmo fenômeno se repete, ainda, com a religião e a política. Isto é, cada conceito é polissêmico e carrega em si uma pluralidade de sentidos e significados – nem sempre concordes entre si. No caso da religião, a interpretação pode se dar por categorias de fé (por exemplo, uma compreensão do universo por ação de certa divindade) ou como um elemento-chave para atingir interesses pessoais e, por vezes, até estatais (por significar uma atividade específica de certos profissionais, uma ação coletiva ou uma obrigação de interesse de todos, no caso da política). Os exemplos, casos e modelos poderiam se multiplicar quase ao infinito.

De todo modo, não se pode duvidar nem prescindir dos vínculos possíveis entre cultura, religião e política. Desde os primórdios, na relação entre os seres humanos, na interface do social com o religioso, o sagrado atrai e causa repulsa; nas mais diversas culturas, o sagrado (e o profano, por consequência) apresenta-se, inclusive, como aquilo que vem para estabelecer normas, regras e leis. A política, por sua vez, pode ser considerada o campo próprio da objetivação e sistematização dessas leis, cuja fundamentação religiosa e teológica é inequívoca, mesmo em Estados laicos.

Inicialmente, para compreender o sionismo e o sionismo cristão, e seu papel na relação entre religião e política na contemporaneidade, é necessário entender o que são esses movimentos e como eles surgiram. Segundo a leitura de *O Sionismo Cristão e sua influência na cultura protestante brasileira*, de André Daniel Reinke,⁹ em acepção particular, sionismo é um movimento nacionalista judaico, que acredita no retorno do povo judeu à Terra Sagrada (Santa ou Prometida). Além disso, esse movimento promove a retomada de uma soberania israelense na forma de Estado.

O sionismo cristão, por sua vez, é o apoio cristão ao sionismo em sentido mais amplo, originário da Grã-Bretanha no século XIX, durante o período do Império.¹⁰ Como potência imperialista colonial na época, A Inglaterra tinha controle sobre o comércio internacional, além de

⁸ CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1995.

⁹ REINKE, André Daniel. *O Sionismo Cristão e sua influência na cultura protestante brasileira*. 2018. Dissertação (Mestrado Teologias) – Programa de Pós-graduação em Teologia, Faculdades EST, São Leopoldo, 2018.

¹⁰ REINKE, 2018.

ter sido o *locus* pioneiro da Revolução Industrial. Ciente de sua soberania, o Império oitocentista se expandiu na esfera militar, política e industrial, levando aos países colonizados também a ideologia religiosa das missões protestantes. De tal modo, houve uma ação exclusiva no campo religioso (sociedades missionárias, como a Sociedade Missionária Batista em Kettering, em 1792, a Sociedade Missionária de Londres, em 1795, a Sociedade Missionária Escocesa, em 1796, e a Sociedade Missionária de Glasgow, em 1797), que começou a ter reflexos na política, uma vez que o Império Britânico passou a incentivar tais ações proselitistas.¹¹

Nas palavras de Reinke, “difícilmente o movimento sionista teria avançado se não fosse pelo apoio político e militar de um império poderoso, no caso da Grã Bretanha”.¹² Isso quer dizer que os britânicos apoiavam as causas religiosas, pois elas estavam alinhadas aos interesses estratégicos e políticos de expandir seu poder, colonizando territórios e controlando o mercado global. Afirmção que é ainda mais precisa quando, em 1919, os britânicos se interessam pelo Canal de Suez, uma “zona tampão”¹³ entre Egito e Síria, que significava para os britânicos um maior controle e influência no Oriente Médio.

Na verdade, as ações religiosas britânicas estavam ligadas à doutrina milenista (ou milenarista), que interpreta literalmente, por exemplo, a profecia de Apocalipse 20, na qual é descrito o reino milenar de Cristo.¹⁴ Além disso, essa doutrina carrega consigo uma interpretação literal da Bíblia, considerando que ela é verdadeira (inerrante ou infalível) em todas as suas afirmações. Mais do que a expansão da religião e política como um instrumento de poder na Europa e Oriente Médio, esses ideais também já haviam se expandido para a América quando os protestantes puritanos ingleses migraram para os Estados Unidos da América (EUA) – e continuaram a crescer na América do Norte, não por acaso, o berço do fundamentalismo protestante na passagem do século XIX para o XX.

Os migrantes britânicos que atravessaram o Atlântico levavam consigo narrativas bíblicas como inspiração para a luta por um espaço de terra, e consideravam as colônias (futuros EUA) como o lugar, por excelência, da liberdade religiosa – obviamente, na perspectiva europeizada ou ocidental, algo classificado hoje como *Norte Global*. Esse capítulo da história foi marcado pelo pregador e estudioso John Nelson Darby – mas não somente por ele –, que levou o dispensacionalismo para os EUA, mantendo os mesmos princípios de conservadorismo, lealdade à doutrina apostólica, profecia bíblica, exatidão verbal, inerrância da Bíblia, dentre outras características.¹⁵

Mais recentemente, o movimento dispensacionalista se expandiu e entrou na sociedade estadunidense por meio do escritor Hal Lindsey,¹⁶ que distribuiu sua mensagem pelos meios de

¹¹ REINKE, 2018.

¹² REINKE, 2018, p. 43.

¹³ Nas Relações Internacionais e na Geografia Política, uma “zona tampão” é uma região ou um território localizado entre dois estados rivais que partilham fronteiras terrestres com a assim chamada “zona tampão” (ZONAS tampão e rivalidade internacional: mecanismos de separação geográfica internos e externos. *International Affairs*, mar. 2023).

¹⁴ CAMPOS, Breno Martins; PEDRON, Caio César. O futuro a Deus pertence: mas Scofield antecipou como vai ser. *Contemplação*, n. 13, p. 96-112, 2016.

¹⁵ CAMPOS, Breno Martins. Evangélicos fundamentalistas e política: uma análise da conjuntura brasileira (2018-2019). *Horizonte*, v. 18, n. 57, p. 1162-1187, set.-dez. 2020.

¹⁶ Segundo Reinke, Lindsey é um pastor formado pelo Seminário de Dallas, no qual estudou sobre o dispensacionalismo. Além disso, depois de seus trabalhos religiosos nos anos 1960, na Universidade da Califórnia, que atingiram toda uma geração afetada pelos horrores da guerra do Vietnã, Lindsey escreveu diversos livros baseados nos princípios do dispensacionalismo, que foram amplamente distribuídos em livrarias seculares, farmácias, bancas, supermercados etc. (REINKE, 2018).

comunicação em massa: livros, rádios, TVs etc. Lindsey, ainda, possuía acesso aos grupos mais altos de segurança e política dos EUA, o que explica, em parte, a capacidade de aproximação política dos protestantes estadunidenses e sua presença em cargos políticos no país, mantendo uma relação com o movimento sionista e com o Estado de Israel.

Como um passo à frente, é preciso considerar a relação religiosa (protestante) histórica entre EUA e Brasil – e não somente a mais recente, por exemplo, no modelo de formação das igrejas chamadas neopentecostais, como a Igreja Universal do Reino de Deus, a Igreja Internacional da Graça de Deus e a Igreja Mundial do Poder de Deus, dentre outras. Isto é, o protestantismo estadunidense entrou na mentalidade da população brasileira tanto em aspectos civis como políticos, fazendo desse protestantismo um espelho do protestantismo dos EUA. De certo modo, é necessário afirmar que a entrada dos protestantes na política brasileira possui uma raiz mais antiga – em relação aos tempos atuais.

Segundo Eumar Evangelista de Menezes Júnior, desde a colonização brasileira, a Igreja e o Estado, embora fossem duas instituições bem distintas, estiveram interconectadas.¹⁷ Ainda segundo Menezes Júnior, a influência inglesa, em 1810, a alemã, em 1824 (com a Igreja Luterana), e a estadunidense, em 1837 (com a Igreja Metodista), em 1859 (com a Igreja Presbiteriana) e, em 1871 (com a Igreja Batista), contribuíram para uma conexão ainda mais profunda entre religião e política no Brasil. Em 1910, houve a fundação da Congregação Cristã no Brasil e, em 1911, da Assembleia de Deus, um marco para a entrada do pentecostalismo no Brasil. Posteriormente, em 1934, iniciou-se o movimento dos assim chamados “políticos evangélicos”, para nomear, por exemplo, a eleição de evangélicos a cargos públicos, como foi o caso do deputado Guaracy Silveira, pastor metodista.¹⁸

Durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, houve uma crescente do número de pentecostais brasileiros que ganharam força ao apoiarem a ditadura. Logo após, no final dos anos 1970 e durante a década dos anos 1980, o discurso *irmão vota em irmão* ficou cada vez mais frequente dentre os evangélicos. Segundo Saulo de Tarso Cerqueira Baptista, é a partir da Assembleia Nacional Constituinte que os evangélicos começam a se destacar na política, em 1986, a bancada pluripartidária dos evangélicos já atingia 32 membros.¹⁹

Em 2003, funda-se a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) – que teve seu registro oficializado apenas em 2015 –, a qual representa a formalização institucional da organização de evangélicos no espaço público-político do Parlamento. Além disso, a FPE possui membros de diversos partidos e das mais variadas denominações evangélicas,²⁰ seu objetivo é influenciar políticas públicas, defendendo, segundo seu ponto de vista, os princípios da família, da moral e dos bons costumes. Nessa lógica, partindo para 2018, ano da vitória eleitoral de Bolsonaro à presidência da República, pode-se afirmar que um dos motivos do resultado daquele pleito foi o apoio político e eleitoral do segmento evangélico, representado também pela FPE e seus líderes.

¹⁷ MENEZES JÚNIOR, Eumar Evangelista. *Religião e política: a Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro e as eleições de 2018*. 2020. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiânia, Goiânia, 2020.

¹⁸ CAMPOS, Francisco Itami. *Ciência Política: introdução à Teoria de Estado*. Goiânia: Vieira, 2005.

¹⁹ BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. *Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006)*. 2007. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.

²⁰ MENEZES JÚNIOR, 2020.

Quanto às relações com o Oriente Médio, o Brasil se mantém na ativa, pelo menos, desde 1947, pela atuação de Oswaldo Aranha – um dos mais renomados diplomatas brasileiros, que se destacou na aprovação da Resolução 181, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou as bases oficiais para a criação do atual Estado de Israel.²¹ E, mais recentemente, nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, com a diplomacia brasileira se colocando como interlocutora entre israelenses e palestinos. Em 2018, com o governo de Bolsonaro, houve uma aproximação maior com Israel, mediada por interesses religiosos e políticos, uma vez que ele possuía um apoio muito grande de pastores evangélicos brasileiros, que lideram milhares de fiéis, para os quais o assunto interessa religiosa e politicamente.

2. O sionismo cristão no Brasil

Somada a influência religiosa estadunidense, chegada ao Brasil por meio de pregadores, livros, filmes e programas de rádio, com o processo de migração judaica desde o século XX, principalmente, segundo o Museu Judaico de São Paulo, entre 1910 e 1930,²² o Brasil teve sua imagem sustentada diante do mundo como um país diverso e com liberdade e espaço para todos. Assim, os judeus migrantes passaram a habitar o Brasil em busca de esperança num território que os aceitava bem. A partir de todas essas questões, a própria população brasileira passou a ter uma mentalidade conectada aos ideais religiosos, culturais e políticos do povo judaico e estadunidense – em suas intersecções.

Na contemporaneidade, a relação com Israel entre ambos os países (Brasil e EUA) oscilou até os governos de Trump e Bolsonaro. Com base no artigo “Aquela noite: o lugar da Israel imaginária na nova direita brasileira”,²³ de importância fundamental para esta discussão, pode-se analisar que, na mesma esteira de seguir os passos dos EUA, o ex-presidente do Brasil conseguiu se eleger num contexto político da *nova direita*, apoiando-se em símbolos judaicos. Tudo isso talvez tenha se dado a partir do discurso de Bolsonaro no clube “A Hebraica”, no Rio de Janeiro, logo após se candidatar à presidente da República. Esse discurso, por um lado, ofendeu diversos judeus brasileiros, devido ao próprio caráter preconceituoso e extremista, e, por outro, atraiu eleitores evangélicos conservadores, pois estavam atrelados ao apoio à causa religiosa e, conseqüentemente, política que os judeus nutriam.

Ao contrário do que alguns possam pensar, a bandeira de Israel (dentre outros símbolos) – presente em tantos eventos no Brasil –, pode não representar um apoio incondicional ao Estado judeu, mas, antes, uma ideologia política: “Claramente, a bandeira israelense tem representações para a extrema direita, mas são significados profundamente diferentes daqueles classicamente atribuídos a ela pelos judeus e sionistas do mundo inteiro”.²⁴ Além disso, também judeus, herdeiros dos migrantes e do ideário de um *país do futuro* ou *paraíso étnico-racial*, ao perceberem que o eleitorado conservador de Bolsonaro e o próprio Bolsonaro faziam o uso de símbolos ligados a Israel, imaginaram a ampliação de seu espaço, participação ou oportunidade

²¹ RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

²² MUSEU Judaico de São Paulo. *Judeus no Brasil: histórias trançadas*. São Paulo, 2023.

²³ GHERMAN, Michel; KLEIN, Misha. Aquela noite: o lugar da Israel imaginária na nova direita brasileira. *Revista Antropológicas*, v. 32, n. 2, p. 111-140, 2021.

²⁴ GHERMAN; KLEIN, 2021, p. 125.

políticos, criando alianças, na maioria dos casos, informais, com o bolsonarismo – resta claro que a experiência descrita se refere a uma parte do judaísmo presente no Brasil e não a sua integralidade.²⁵

Consequentemente, judeus e cristãos – em sua maioria, brancos, ricos e conservadores – criaram uma comunidade política em que judeus pró-Palestina, esquerdistas, mulçumanos e quaisquer sujeitos ou grupos diferentes deles ficam totalmente excluídos. Está claro, portanto, que a *nova direita brasileira* utiliza os símbolos judaicos como artefatos políticos (são significados profundamente diferentes daqueles classicamente atribuídos a eles pelos próprios judeus e sionistas do mundo todo) e isso transformou debates em confrontos, alteridade em exclusão e diferenças políticas em inimizade perene.²⁶

Em tal contexto, faz-se necessário acrescentar o conceito de *judeofilia* a este artigo – introduzido por Reinke em sua tese *Paixão por Israel: aspectos da judeofilia no protestantismo brasileiro e seus reflexos no cotidiano religioso do Brasil*²⁷ –, a significar a paixão por tudo que está relacionado aos judeus, possuindo como motivações e vínculos no campo escatológico a ambientação geográfica da Bíblia – no mais das vezes, sem que se faça distinção entre o simbólico e o literal. O conceito de judeofilia pode ser exemplificado na utilização de símbolos judaicos em manifestações pró-Israel, por exemplo, a utilização da bandeira de Israel, de adereços com a estrela de Davi e do Talit e da Menorá.

Importante é ressaltar que essa paixão nem sempre é (nem precisa ser) recíproca, uma vez que os evangélicos dispensacionalistas podem apoiar os judeus e seus movimentos, mas nem sempre os judeus apoiam os protestantes e igrejas evangélicas. Porque a relação política entre os grupos é construída por certos evangélicos – não em sua totalidade, como já está claro – e não pelos judeus. A explicação para a judeofilia se encontra na recepção e interpretação do texto religioso a partir de experiências dos grupos que fazem uma leitura literal do texto canônico no presente e produzem identidades narrativas.²⁸ Sendo assim, o Israel que é alvo de paixão protestante não é formado pelos judeus históricos e pelo Estado de Israel, mas, sim, pelo imaginado ou construído de acordo com as narrativas da identidade protestante.

Como forma de deixar ainda mais clara a conexão entre religião, cultura e política de grupos particulares de evangélicos brasileiros (e em outros lugares do mundo também, sobretudo, nos EUA) frente a Israel, é importante mencionar as três categorias de judeofilia no Brasil, sendo elas: milenista (ou milenarista), mimética e comercial. A primeira significa o olhar direcionado para o futuro (não necessariamente histórico), uma profecia na qual Israel se insere em uma narrativa apocalíptica. A segunda se refere à bênção de Deus para aqueles que abençoam Israel (também, aqui, trata-se de artigo de fé, aliás, de um modelo bem específico de crença).

²⁵ As organizações comunitárias judaicas incluíram diversos grupos culturais judaicos diferentes numa mesma esfera, sem os distinguir. Noutras palavras, a variedade de distinção cultural entre os judeus foi deixada de lado, o que fez com que outros grupos não fossem tão conhecidos como, por exemplo, os judeus de esquerda. Estes, podem ser considerados como judeus sionistas que apoiam as agendas progressistas em defesa dos povos oprimidos e na luta contra o fascismo, além de incentivarem o diálogo para a solução das divergências dentro da comunidade judaica e da esquerda (HUBERMAN, Bruno. Por que a esquerda judaica brasileira não é antis-sionista? *Opera Mundi*, 2023; GHERMAN; KLEIN, 2021).

²⁶ GHERMAN; KLEIN, 2021.

²⁷ REINKE, André Daniel. *Paixão por Israel: aspectos da judeofilia no protestantismo brasileiro e seus reflexos no cotidiano religioso do Brasil*. 2022. Tese (Doutorado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Faculdades EST, 2022.

²⁸ REINKE, 2022.

Por fim, a terceira categoria se refere à inserção na realidade do mundo capitalista contemporâneo, tal como o turismo religioso, que representa uma experiência física de estar concretamente na Terra Santa.

Tais narrativas se tornam, ao longo do tempo, tradições de uma sociedade, direcionando crenças e comportamentos das pessoas submetidas a elas. Livros, programas de rádio, novelas, sites e mídias digitais, por exemplo, possuem uma intensa influência na vida cotidiana e na forma de pensar dos cidadãos. Uma vez que o apoio à causa de Israel é colocado nesses meios de comunicação populares, a caso se torna cada vez mais parte decisiva em algumas sociedades, como nos EUA e Brasil, por exemplo.²⁹

Frente ao recente conflito entre Israel e Hamas, muitos líderes e políticos evangélicos vêm apoiando Israel e prestando solidariedade ao país. Um dos motivos desse apoio, segundo Anna Virginia Balloussier,³⁰ tem raiz religiosa, os evangélicos brasileiros acreditam no retorno de Jesus à Terra para o *juízo final*, sobre o qual as profecias e suas ardente expectativa teológica apontam para o renascimento (também teológico) de Israel – que, nesse caso, é confundido com o Estado moderno de Israel. Por isso – que evangélicos possam ver em símbolos do Estado de Israel como algo sagrado). Vale lembrar que, por muitos séculos os protestantes, não apoiavam tanto Israel, uma vez que Jerusalém era considerada uma cidade disputada por judeus, muçumanos e cristãos. No entanto, a partir do século XX, as teologias passaram a interpretar literalmente as profecias bíblicas que envolvem o Apocalipse e a volta de Jesus,³¹ mudança que foi influenciada diretamente por teologia produzida nos EUA – importada, quase sem críticas, por imensos grupos de evangélicos no Brasil.

Ainda no contexto atual do conflito, segundo o “Podcast Café da Manhã” da *Folha*: “A politização no Brasil da guerra Israel x Hamas”,³² é possível notar que a defesa da causa palestina no Brasil se desenvolve mais ligada a partidos de esquerda por causa de sua identificação com os discursos do *Sul Global* (discussão entre países denominados não desenvolvidos ou em desenvolvimento, e sua participação no sistema internacional). A causa israelense, por sua vez, desenvolve-se mais pelos partidos de direita com o reforço das relações com o EUA (como se deu, por exemplo, nos governos Trump e Bolsonaro), pela conexão com outras potências mundiais e a consideração de Israel como país de primeiro mundo no Oriente Médio (haja vista seu desenvolvimento econômico e bélico). As direitas no mundo – e no Brasil não é diferente –, portanto, estão fascinadas não apenas pela religião de Israel, mas também por seu poder militar, economia e tecnologia.

3. A construção do Estado de Israel

Quando se trata do Estado de Israel, enfatiza-se que há, pelo menos, um contato direto entre teologia e política internacional: o sionismo cristão. Há uma evidente correlação (ou melhor, confusão) entre o Estado histórico e político de Israel e a construção teológico-simbólica da

²⁹ REINKE, 2022.

³⁰ BALLOUSIER, Anna Virginia. Por que tantos evangélicos defendem Israel no novo conflito? Nova etapa do embate entre israelenses e palestinos revigorou popularidade do sionismo entre o segmento. *Folha de S. Paulo*, 2023.

³¹ CAMPOS, 2020; BALLOUSIER, 2023.

³² PODCAST Café da Manhã. A politização no Brasil da guerra Israel x Hamas, 11 out. 2023.

noção evangélica de Israel e de Jerusalém. Para compreensão do caso, é necessária uma explicação, ainda que breve, do contexto histórico em que se deram o surgimento e o reconhecimento do Estado de Israel – na história, razoavelmente recente, da humanidade.

Durante a história, os judeus foram expulsos de seus territórios e acabaram se espalhando por todo o mundo. Os judeus são um povo natural do Mediterrâneo que se estabeleceu em uma terra chamada Israel, são eles descendentes de tribos, que saíram da região de Ur (atual Iraque) para Israel. Posteriormente, por volta de 1750 a.C., tais tribos emigraram para o Egito por causa da fome, encontrando lá um breve período de prosperidade e séculos de escravidão – consequência de conflitos e invasões.³³ Assim, os Filhos de Israel migraram em direção à assim chamada Terra Prometida, que deveria ser dividida entre as tribos que formavam o povo.³⁴ No entanto, houve uma grande revolta em relação aos acontecimentos, resultando na permanência dos israelitas no deserto por 40 anos. Dessa forma, atravessaram o deserto e receberam os *10 Mandamentos* no Monte Sinai, os quais possibilitaram o enfrentamento de conflitos internos e externos, para que, após o longo período, pudessem conquistar a Terra Prometida, segundo seu próprio entendimento teológico-político.³⁵

Israel se tornou um reino estabelecido por Davi e Salomão, que, depois da morte de Salomão, dividiu-se entre norte (Israel) e sul (Judá). Por volta de 722 a.C., entram em guerra contra os assírios, depois, são invadidos pelos babilônios e posteriormente pelos gregos. Por esses e outros acontecimentos, como a destruição do templo, o povo judeu se espalhou por todo o mundo, principalmente no continente europeu. Judeus passam a ser vistos como estrangeiros em quase todos os países, mesmo que tivessem nascido em determinada região ou nação, o que não conferia a eles direitos de cidadania nata. Foi apenas no século XVIII, após a Revolução Francesa, que os judeus foram sendo inseridos na sociedade como cidadãos, o que deixou os líderes religiosos judaicos preocupados com o destino da crença, haja vista que os judeus estavam inseridos em outras regiões, culturas e modos de vida, e poderiam deixar de lado os costumes e tradições. Por isso, houve por parte de alguns líderes e religiosos a adaptação das leis religiosas para a realidade em que se encontravam (corrente reformista).

No final do século XIX, o movimento sionista (nacionalismo judaico) surgiu pelo anseio de retorno do povo à assim chamada *Terra Prometida* – e pelo resgate da soberania em forma de Estado,³⁶ pela qual todos pudessem ficar protegidos, de acordo com uma relação de promessa por *direito divino*. Porém, esse mesmo território possui um significado diferente – mas também advindo de *promessa divina* – para outros povos que faziam parte da Palestina.³⁷ Em 1919, a questão da migração judaica para a Palestina se intensificou, ocasião em que os britânicos tiveram interesses estratégicos pelo controle do Canal de Suez e acreditaram que tal migração pudesse alavancar esse interesse.³⁸ Também no mesmo período, os EUA surgem como potência

³³ ARMSTRONG, K. *Jerusalém: uma cidade, três religiões*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

³⁴ HÜBNER, M. M. *A criação do Estado de Israel e a política externa norte-americana (1945-1949)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

³⁵ HÜBNER, 2009.

³⁶ BUSH, A. F. The Implications of Christian Zionism for Mission. *International Bulletin of Missionary Research*, v. 33, n. 3, p. 144-150, jul. 2009.

³⁷ 10 PERGUNTAS para entender o conflito entre israelenses e palestinos. *BBC News*, 2014.

³⁸ WACHHOLZ, W.; REINKE, A. D. “Pela paz de Jerusalém”. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 13, n. 37, 27 mar. 2020.

amiga dos judeus, por exemplo, quanto ao trabalho de resgatar refugiados e, posteriormente, após a decisão da ONU de criar dois Estados independentes na Palestina, o reconhecimento pelo presidente Harry Truman da soberania do Estado de Israel.³⁹

Assim que a Segunda Guerra acabou, a ONU propôs que o território fosse dividido em dois Estados para solucionar o conflito emergente entre palestinos e judeus, mas tal proposta não prosperou. Antes de prosseguir com a explicação, é importante notar que, segundo dados históricos, fatores como amizades pessoais e convencimento de líderes de governos para a causa sionista exerceram influência inusitada na política externa desses países.⁴⁰ Em 1946, a presença dos soviéticos em solo árabe desequilibrou a política externa estadunidense na região, uma vez que essa presença significava uma ameaça à segurança dos EUA num contexto de pré-Guerra Fria.⁴¹ Até mesmo no governo de Franklin D. Roosevelt (presidente sucessor de Truman), com discursos meticulosos quanto à questão dos sionistas e árabes, é possível perceber que o movimento sionista deixou o governo estadunidense numa corda bamba, de um lado, estavam os árabes e os interesses estratégicos e econômicos, e, do outro, o compromisso com os judeus de criar um Estado no território palestino.

Por fim, o problema foi transferido à ONU, criando discussões ainda maiores e mais complexas, tendo como dirigente Oswaldo Aranha, diplomata brasileiro da época.⁴² Por um lado, defendia-se que a única solução para o problema humanitário dos judeus seria a imigração para a Palestina e, por outro, que os árabes-palestinos nunca foram e não são responsáveis pela perseguição aos judeus na Europa. Dessa forma, o problema humanitário do holocausto foi vinculado ao caso – ampliando-o em complexidade. Mesmo assim, ainda havia conflitos entre os lados: a tese judaica defendia a criação do Estado judeu na Palestina e a imigração judaica para lá; a tese palestina, por sua vez, defendia a independência imediata da Palestina, reivindicando o direito natural da maioria árabe de permanecer no seu país e a obrigação dos britânicos em os defender.

Sendo assim, em 1947, o chamado Mandato Britânico (administração da Palestina pelos britânicos, concedida pela Liga das Nações, em 1922) chegou ao fim, uma vez que o governo da Grã Bretanha se declarou incapaz de conduzir uma solução diplomática quanto ao conflito entre árabes e judeus.⁴³ Dessa forma, a ONU sugeriu um plano de partilha da Palestina que foi aprovado pela Resolução 181, em novembro de 1947, e recomendou que o território em questão fosse dividido em dois, um palestino e outro judeu.⁴⁴ Apesar disso, houve muita violência entre judeus e árabes-palestinos e o Conselho de Segurança da ONU não podia fazer nada além de apelar pela paz.

Em 1948, foi proclamado o Estado de Israel e reconhecido pela ONU, em 1949. Devido à força do movimento sionista e o apoio do Ocidente quase que exclusivo a Israel, por questões

³⁹ LANGE, N. *Povo judeu: odisseia através dos séculos*. Barcelona: Ediciones Folio, 2007.

⁴⁰ GOMES, A. R. *A questão da Palestina e a fundação de Israel*. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

⁴¹ PRAZERES, T. *Religião no conflito entre Israel e Palestina no contexto da criação do Estado judaico: aspectos históricos (1896-1948)*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2016.

⁴² GOMES, 2001.

⁴³ SILVA, J. U. L.; PHILIPPINI, R. A. S. Israel e Palestina: da “Terra santa” a um território em conflito. *Revista Ciência Contemporânea*, v. 2, n. 1, p. 163-180, 2017.

⁴⁴ SILVA; PHILIPPINI, 2017.

políticas e estratégicas, a criação e reconhecimento do Estado Árabe-Palestino ficou para trás. É importante lembrar que o conceito de Estado e os elementos que fazem de Israel ser um Estado reconhecido, bem como o próprio reconhecimento frente à sociedade internacional, são bastante discutidos na academia em áreas como o direito internacional, ciência política e relações internacionais. Portanto, não há uma concordância quanto a tais conceitos.⁴⁵

Os requisitos para um Estado ser reconhecido se resumem em (1) ter um governo independente e autônomo; (2) território delimitado; (3) respeitar a proibição do uso da força nas relações internacionais; e (4) democracia e certificação dos direitos.⁴⁶ Ao ser reconhecido pela sociedade internacional, o país consegue ter maior participação em discussões globais e afins. No entanto, no caso da Palestina, “o problema posto é que as potências ocidentais querem obrigar, ou condicionar a criação do estado palestino a uma contrapartida deste último, qual seja, o reconhecimento de Israel”.⁴⁷

Assim, a diferença de reconhecimento a respeito de Israel e da Palestina é justificada por uma combinação de fatores históricos, políticos e jurídicos, bem como pelos interesses ocidentais políticos e estratégicos, que são, na maioria das vezes, considerados em decisões globais.

4. O atual conflito entre Israel e Hamas

O recente conflito entre Israel e o grupo Hamas, iniciado aos 7 de outubro de 2023, possui origens antigas e uma relação belicosa que foi, em grande parte, moderada pelos ocidentais. Segundo Edward W. Said, a interpretação dos europeus que visitaram o Oriente Médio, entre os séculos XVIII e XX, chegou a diversas considerações, dentre elas, a visão a respeito de os árabes serem inferiores quanto à civilização – o que se tornou predominante na perspectiva ocidental, tornando-se uma das motivações para a colonização da Palestina no século XIX.⁴⁸

Nessa mesma lógica, o termo-conceito (ou categoria) *Orientalismo*, proposto por Edward Said, traz a ideia de que o Oriente é uma invenção ou construção do Ocidente, tornando-se uma arma para seu domínio político, econômico e militar, sendo o orientalismo, portanto, uma criação imperialista. Porém, o que se destaca nessa visão é que, grosso modo, todos os países orientais são considerados conflituosos, totalitários e terroristas – à exceção de Israel. Isso se deve pela influência religiosa fundamentalista britânica e estadunidense no mundo também⁴⁹ – protestantes, de todo modo. O estereótipo de um Israel democrático e livre somente prejudicou ainda mais os movimentos de resistência palestinos. Segundo Said, consolidou-se, então, a ideia de que a luta dos palestinos seria antissemita e que os árabes sempre odiaram os judeus.⁵⁰

Aqui, faz-se necessário compreender as origens dos conflitos entre Israel e Palestina. De acordo com a narrativa bíblica e sua interpretação hegemônica, Deus prometeu a “Terra Sagrada” a Abraão, Isaque e Jacó, assim como a seus descendentes, que, quando deixaram o Egito,

⁴⁵ MARTINS, R. D. O reconhecimento da palestina como estado soberano. *Revista Da Faculdade De Direito De São Bernardo Do Campo*, v. 13, p. 391-420, 2007.

⁴⁶ MARTINS, 2007.

⁴⁷ MARTINS, p. 412, 2007.

⁴⁸ SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. 4 reimp. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

⁴⁹ SAID, 2007.

⁵⁰ SAID, 2007.

estabeleceram-se nessa terra, na qual cresceram como povo, com suas próprias tradições religiosas e culturais. Sendo assim, o território que, hoje, é chamado de Palestina foi considerado pelos judeus como seu, apenas para os descendentes de Abraão. Posteriormente, outros povos invadiram a região, fazendo com que os judeus fossem expulsos e obrigados a migrar para outros territórios, por todo o mundo. Séculos mais tarde, outras religiões, como o cristianismo e o islamismo, nasceram na mesma região ou chegaram a ela, tornando os conflitos cada vez mais frequentes.⁵¹ Dessa forma, judeus, cristãos e muçumanos possuem uma ligação histórico-religiosa com Jerusalém.

Em contrapartida, a história e a política moderna consideram a região da Palestina e Israel com outra abordagem. Segundo Philippe Gidon,⁵² o conflito entre Israel e Palestina foi iniciado logo após a Primeira Guerra Mundial, quando o Império Otomano foi derrotado e dividido entre as potências da época: França e Grã-Bretanha. A região da Palestina ficou sob controle dos britânicos até o fim da Segunda Guerra Mundial, momento no qual a ONU realocou os palestinos em uma nova fronteira com os judeus. Posteriormente, houve a Guerra dos Seis Dias,⁵³ a Guerra de Yom Kippur⁵⁴ e a independência do Estado de Israel,⁵⁵ colocando ainda mais tensão e violência na relação entre israelenses e palestinos. Atualmente, a região da Faixa de Gaza e da Cisjordânia são reservadas para os palestinos, porém, a solução proposta da criação de dois Estados independentes (um para Israel e outro para a Palestina) não saiu do papel, criando ainda mais rivalidade e violência na região.

Apesar de a Palestina possuir apoio da maioria dos países árabes, Israel recebe apoio político e militar de potências mundiais, como os EUA e da União Europeia. Portanto, juntando o fato da colonização de povoamento da Palestina (interesse judeu sionista), o imperialismo estadunidense (busca pela autossuficiência petrolífera) e o Orientalismo, é possível compreender o motivo de o território povoado por palestinos ter se “transformado num espaço de colonização judaica, ou seja, um lugar de sobreposição de um povo sobre o outro, e do esvaziamento de sua cultura e religião”.⁵⁶

⁵¹ VEIGA, E. Conflito Israel – Hamas: de onde vêm as interpretações religiosas para a guerra? *BBC News*. 17 out. 2023.

⁵² Israel X Palestina: Entenda as origens e consequências do conflito. *Unifor*, 23 out. 2023.

⁵³ A Guerra dos Seis Dias teve como contexto histórico a não aceitação da Liga Árabe à admissão de Israel como Estado-membro das Nações Unidas em 1949. Somado a isso, tem-se a aliança entre Grã-Bretanha, França e Israel para o acesso ao Canal de Suez, o qual havia sido nacionalizado pelos egípcios. Como consequência desses acontecimentos, em 1967, Egito, Jordânia e Síria enviaram tropas às fronteiras de Israel. O conflito terminou com a vitória israelense, e Israel acabou conquistando as regiões da Cisjordânia, Faixa de Gaza, Península do Sinai e Colinas de Golã. Talvez seja importante mencionar, ainda, que o derrota dos árabes projetou organizações não-estatais na disputa, sendo a mais destacada a Organização de Libertação da Palestina (OLP) (SILVA; PHILIPPINI, 2017).

⁵⁴ A Guerra de Yom Kippur, em 1973, ocorreu no mesmo contexto da Guerra dos Seis Dias. No dia sagrado para os judeus (Yom Kippur), tropas egípcias e sírias realizaram um ataque surpresa contra Israel, sem sucesso. Posteriormente, Egito e Israel fizeram acordos para uma possível paz, pelos quais Israel devolveria o território da Península do Sinai e aceitaria negociações para autonomia palestina. Porém, essas negociações nunca tiveram êxito (SILVA; PHILLIPINI, 2017).

⁵⁵ De forma bastante sucinta, a independência de Israel aconteceu pouco antes do Mandato Britânico terminar na Palestina, a fim de preencher o *vazio de poder*, uma vez que, sem o governo britânico, Israel poderia estabelecer um governo provisório. Além disso, com o apoio das potências ocidentais, Israel conseguiu reconhecimento internacional rapidamente, inclusive, da ONU, como Estado-membro (GILBERT. M. *Israel: A History*. New York: Harper Collins, 1998).

⁵⁶ PRAZERES, 2016, p. 26.

No ataque de outubro de 2023 do grupo Hamas a Israel, houve centenas de mortos.⁵⁷ “Hamas” significa na tradução para o português “Movimento de Resistência Islâmica”, e foi fundado em 1987 pela Irmandade Mulçumana, após uma revolta palestina contra a ocupação de Israel na região. O Hamas se caracteriza por investir na luta armada contra a ocupação israelense, a sustentar uma narrativa violenta e, a partir dos anos 2000, por sua participação nas eleições e por ter conquistado, em 2006, o poder em Gaza. No entanto, Israel e as potências que o apoiam resistiram ao resultado, o que incentivou a separação da Palestina com o Hamas, que passou a controlar a Faixa de Gaza, ficando o grupo Fatah⁵⁸ com a região da Cisjordânia.⁵⁹

Considerações finais

Ao longo das décadas, observa-se como os sistemas políticos, os interesses religiosos e as dinâmicas culturais se entrelaçam e influenciam não apenas as relações entre Estados, mas também o relacionamento entre governos e populações – nacional e internacionalmente. É possível, portanto, compreender que os conflitos postos em questão neste artigo não sejam novos, ao contrário. O que há de novo é a forma pela qual a política, a religião e a cultura aparecem no cenário mundial, desempenhando uma guerra mental que antecipa uma possível guerra propriamente dita, provocando mudanças drásticas na ordem mundial. Elas se tornam uma forma de comunicação para construir a linguagem do inimigo. E, assim, andam juntas no caminho das relações internacionais.⁶⁰

As relações culturais, religiosas, políticas, econômicas que caracterizam as tensões no Oriente Médio, sobretudo, no que concerne à cidade de Jerusalém, são o sentido do escopo e objeto a que se propõe este artigo, pois deixam em foco a intersecção entre religião e política na esfera internacional contemporânea, bem como seus sentidos e consequências.⁶¹ Não há como negar que a religião interfere na política e vice-versa. O destaque, portanto, se dá pela visão construída do Oriente pelo Ocidente, que é demarcada pela relação profunda entre religião e política.

A construção teológico-política de Jerusalém, marcada pelo sionismo e pelo sionismo cristão, desempenhou um papel significativo na formação do Estado de Israel moderno e na perpetuação de tensões regionais. A influência de países ocidentais, por meio de suas políticas e apoio ao sionismo, contribuiu para moldar o cenário geopolítico do Oriente Médio; além disso, como os exemplos citados das recentes iniciativas de líderes políticos, como Trump e Bolsonaro, em relação a Jerusalém e Israel, destacam a importância do diálogo entre religião, política e cultura nas relações internacionais contemporâneas, bem como de seu encontro e confronto.

A instrumentalização de símbolos religiosos e políticos por parte de lideranças mundiais demonstra como as narrativas e ideologias são usadas para influenciar agendas e alianças

⁵⁷ BRASIL. *Conflito Israel-Palestina*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2023.

⁵⁸ Fatah ou Al-Fatah é uma organização política militar fundada em 1959 como uma facção da Organização para a Libertação da Palestina (BRASIL, 2023).

⁵⁹ LEÓN, L. Entenda a origem do Hamas, grupo islâmico palestino que controla Gaza. *Agência Brasil*, 26 nov. 2023.

⁶⁰ PACE, E. Ciência da religião aplicada às relações internacionais. In: PASSOS, J. D.; USARSKI, F. *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulus; Paulinas. 2013. p. 589-595.

⁶¹ Armstrong, 2011.

geopolíticas. O conflito entre Israel e o grupo Hamas também reflete tensões profundas e enraizadas que permeiam a região, muitas das quais têm suas raízes em questões históricas e teológicas. Enquanto isso, a percepção do Oriente Médio pela lente do orientalismo e a narrativa de uma Jerusalém democrática e livre continuam a moldar a política internacional e a compreensão global do conflito israelo-palestino.

Referências

- 10 PERGUNTAS para entender o conflito entre israelenses e palestinos. *BBC News*, 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140730_gaza_entenda_gf_ik#:~:text=Roma%20foi%20o%20imp%C3%A9rio%20que,movimentos%20nacionalistas%20que%20buscavam%20independ%C3%Aancia. Acesso em: 10 fev. 2023.
- ARMSTRONG, K. *Jerusalém: uma cidade, três religiões*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.
- BALLOUSIER, Anna Virginia. Por que tantos evangélicos defendem Israel no novo conflito? Nova etapa do embate entre israelenses e palestinos revigorou popularidade do sionismo entre o segmento. *Folha de S. Paulo*, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/10/por-que-tantos-evangelicos-defendem-israel-no-novo-conflito.shtml>. Acesso em: 13 abr. 2024.
- BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. *Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neo-pentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006)*. 2007. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.
- BRASIL. *Conflito Israel-Palestina*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/esg/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/livretos/arquivos/livreto_2023_10_11_conflito_israel_-versao-final.pdf. Acesso em: 8 ago. 2024.
- BUSH, A. F. The Implications of Christian Zionism for Mission. *International Bulletin of Missionary Research*, v. 33, n. 3, p. 144-150, jul. 2009. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/239693930903300309>. Acesso em: 26 fev. 2024.
- CAMPOS, Breno Martins. Evangélicos fundamentalistas e política: uma análise da conjuntura brasileira (2018-2019). *Horizonte*, v. 18, n. 57, p. 1162-1187, set.-dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/23837>. Acesso em: 11 jul. 2024.
- CAMPOS, Breno Martins; PEDRON, Caio César. O futuro a Deus pertence: mas Scofield antecipou como vai ser. *Contemplação*, n. 13, p. 96-112, 2016. Disponível em: <https://revista.fajopa.com/index.php/contemplacao/issue/view/13>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- CAMPOS, Francisco Itami. *Ciência Política: introdução à Teoria de Estado*. Goiânia: Vieira, 2005.
- CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.
- GHERMAN, Michel; KLEIN, Misha. Aquela noite: o lugar da Israel imaginária na nova direita brasileira. *Revista Antropológicas*, v. 32, n. 2, p. 111-140, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaantropologicas/article/view/251633>. Acesso em: 23 ago. 2024.
- GILBERT, M. *Israel: A History*. New York: Harper Collins, 1998.

- GOMES, A. R. *A questão da Palestina e a fundação de Israel*. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-24052002-163759/publico/TeseAuraGomes.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2024.
- HUBERMAN, Bruno. Por que a esquerda judaica brasileira não é antissionista? *Opera Mundi*, 2023. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/analise/bruno-huberman-por-que-a-esquerda-judaica-brasileira-nao-e-antissionista>. Acesso em: 28 jul. 2024.
- HÜBNER, M. M. *A criação do Estado de Israel e a política externa norte-americana (1945-1949)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8152/tde-03022010-155601/publico/MANU_MARCUS_HUBNER.pdf. Acesso em: 9 ago. 2024.
- ISRAEL x PALESTINA: Entenda as origens e consequências do conflito. *Unifor*, 23 out. 2023.
- KRESCH, Daniele. Bolsonaro frustra Netanyahu com escritório em vez de embaixada em Jerusalém. *Folha de S. Paulo*, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/bolsonaro-anuncia-a-criacao-de-escritorio-comercial-em-jerusalem.shtml>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- LANGE, N. *Povo judeu: odisseia através dos séculos*. Barcelona: Ediciones Folio, 2007.
- LEÓN, L. Entenda a origem do Hamas, grupo islâmico palestino que controla Gaza. *Agência Brasil*, 26 nov. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-11/entenda-origem-do-hamas-grupo-islamico-palestino-que-controla-gaza#:~:text=Rashmi%20Singh%3A%20O%20Hamas%20foi,Israel%20com%20a%201%C2%AA%20intifada>. Acesso em: 6 abr. 2024.
- MARTINS, R. D. O reconhecimento da palestina como estado soberano. *Revista Da Faculdade De Direito De São Bernardo Do Campo*, v. 13, p. 391-420, 2007. Disponível em: <https://revistas.direitosbc.br/fdsbc/article/view/261>. Acesso em: 9 ago. 2024.
- MENEZES JÚNIOR, Eumar Evangelista. *Religião e política: a Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro e as eleições de 2018*. 2020. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiânia, Goiânia, 2020.
- MORGENTHAU, Hans. *Politics Among the Nations: The Struggle for Power and Peace*. Alfred A. Knopf Ed.: New York, 1948.
- MUSEU Judaico de São Paulo. *Judeus no Brasil: histórias trançadas*. São Paulo, 2023.
- PACE, E. Ciência da religião aplicada às relações internacionais. In: PASSOS, J. D.; USARSKI, F. *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulus; Paulinas, 2013, p. 589-595.
- PODCAST Café da Manhã. A politização no Brasil da guerra Israel x Hamas, 11 out. 2023. Entrevistadores: Magê Flores, Gabriela Mayer e Gustavo Simon. Entrevistado: Fábio Zanini. *Folha de S. Paulo*, 11 out. 2023. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6Mpgzrcb2RDFrDfTCzWJLN?si=i3AHULeSSTqT14uxZao9dQ>. Acesso em: 16 abr. 2024.
- PRAZERES, T. *Religião no conflito entre Israel e Palestina no contexto da criação do Estado judaico: aspectos históricos (1896-1948)*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2016.
- REINKE, André Daniel. *Paixão por Israel: aspectos da judeofilia no protestantismo brasileiro e seus reflexos no cotidiano religioso do Brasil*. 2022. Tese (Doutorado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Faculdades EST, 2022.

- REINKE, André Daniel. *O Sionismo Cristão e sua influência na cultura protestante brasileira*. 2018. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Programa de Pós-graduação em Teologia, Faculdades EST, São Leopoldo, 2018.
- RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal, 2017.
- SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. 4 reimpr. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
- SCHERMA, Marcio Augusto. *As fronteiras nas Relações Internacionais*. 2012. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.
- SILVA, J. U. L.; PHILIPPINI, R. A. S. Israel e Palestina: da “Terra santa” a um território em conflito. *Revista Ciência Contemporânea*, v. 2, n. 1, p. 163-180, 2017. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20180301125215.pdf. Acesso em: 9 ago. 2024.
- VEIGA, E. Conflito Israel – Hamas: de onde vêm as interpretações religiosas para a guerra? *BBC News*. 17 out. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn0311e-xe5zo>. Acesso em: 6 abr. 2024.
- WACHHOLZ, W.; REINKE, A. D. “Pela paz de Jerusalém”. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 13, n. 37, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/51190>. Acesso em: 7 fev. 2023.
- WILLINGHAM, A. J. Cristãos reagem à cópia patriótica da Bíblia vendida por Trump. *CNN News*, 29 mar. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/cristaos-reagem-a-copia-patriotica-da-biblia-vendida-por-trump/#:~:text=A%20B%C3%ADblia%20de%20US%24%2059,e%20outros%20documentos%20hist%C3%B3ricos%20americanos>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- ZONAS tampão e rivalidade internacional: mecanismos de separação geográfica internos e externos. *International Affairs*, mar. 2023. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article/99/2/645/7039534>. Acesso em: 21 fev. 2024.

Submetido em: 28/08/2024

Aprovado em 26/11/2024